

NO CONTRADISCURSO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A CENOGRAFIA DE UMA CAMPANHA PUBLICITÁRIA

IN THE COUNTER-DISOURSE OF DOMESTIC VIOLENCE: THE SCENOGRAPHY OF AN ADVERTISING CAMPAIGN

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima

Jaqueline Alves da Silva

UEG

Resumo: O presente trabalho busca analisar uma campanha contra a violência doméstica que cenograficamente apresenta em seus enunciados o contradiscurso propagandista de reação à misoginia e ao machismo que hostilizam a mulher na sociedade. Com isso, fomentamos um diálogo sobre práticas discursivas cotidianas e sobre a pertinência de problematizarmos, na esfera escolar, temas que afligem a humanidade. Pautamos nossa pesquisa na Análise do Discurso francesa, a fim de estabelecermos um paralelo entre as irrupções dos atuais casos de violência, suas condições de produção e o ensino de Língua Portuguesa a partir do estudo da perspectiva dos gêneros discursivos. O método empírico de cunho interpretativo embasa os procedimentos de análise que não concebem o discurso como produto, mas como um processo que se realiza ao longo das observações sempre atreladas ao postulado discursivo e corpus analisado. Afora, observamos como o crescente número de casos de violência doméstica no Brasil convoca-nos à desconstrução de discursos que inferiorizam a mulher.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Discurso. Ensino.

Abstract: *The present work seeks to analyze a campaign against domestic violence that scenographically presents in its statements the propagandist counter-discourse of reaction to misogyny and machismo that antagonize women in society. With this, we encourage a dialogue about everyday discursive practices and about the pertinence of problematizing, in the school sphere, themes that afflict humanity. We base our research on the French Discourse Analysis, in order to establish a parallel between the outbreaks of current cases of violence, their conditions of production and the teaching of Portuguese Language from the study of the perspective of discursive genres. The empirical method of interpretive nature supports the analysis procedures that do not conceive the discourse as a product, but as a process that takes place throughout the observations always linked to the discursive postulate and analyzed corpus. Apart from that, we observe how the growing number of cases of domestic violence in Brazil calls us to deconstruct discourses that make women inferior.*

Keywords: *Domestic Violence. Discourse. Teaching.*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Produzir um artigo científico é, necessariamente, um meio para problematizarmos práticas cotidianas de discursos que se materializam na linguagem. As campanhas de conscientização, a exemplo disso, podem se materializar em diversos tipos de gêneros e, nesta ordem, militar contra a violência doméstica em discursos propagandistas.

Charaudeau (2010) define o discurso propagandista como um discurso de incitação a fazer e complementa que estudar esse tipo de discurso é considerá-lo um processo discursivo abrangente, a fim de se averiguar como se ligam a ele diversos gêneros, tais como o publicitário, o promocional e o político. Aqui, buscamos problematizar campanhas contra a violência doméstica que, cenograficamente, apresentam seu contradiscurso em enunciados que reagem a discursos misóginos e intolerantes. Para Maingueneau (2015, p. 123), “a noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar”. O autor elucida dizendo que um romance pode ser enunciado por meio de uma *cenografia* do diário íntimo, do relato de viagem, de uma conversa ao pé do fogo, de uma correspondência amorosa.

Embasando-nos nesses conceitos singulares, analisamos uma campanha contra a violência doméstica que, cenograficamente, se apresenta em anúncio publicístico. Esta reveste-se de determinados recursos estilísticos na cena enunciativa, objetivando que suas finalidades sejam alcançadas. Há um propósito de se conscientizar a população para denunciar a violência doméstica, de convencer e instruir mulheres a tomarem providências e atitudes que denunciem a agressão e o agressor.

Vivenciamos situações na sociedade atual que são heranças de um passado injusto que não cala sua voz em discursos que disseminam preconceito e segregação entre as relações de gênero. Dizemos isso porque todo discurso é constitutivamente histórico, sendo a memória basilar à sua construção e permanência. Assim, neste artigo, partimos da hipótese de que o estudo com o gênero campanha publicitária nas aulas de Língua Portuguesa constitui um campo de significações e materialidade enunciativa sobre as práticas cotidianas que tecem posicionamentos ideológicos nos sujeitos. Buscamos, em tese, problematizar discursos de campanhas que denunciam a violência contra a mulher em propagandas no Brasil e no mundo.

Isto posto, nosso objeto de estudo constitui-se do discurso publicístico em campanhas contra a violência doméstica, veiculadas em diferentes países na mídia impressa e digital, entre 2010 e 2020, dentre as quais escolhemos uma campanha brasileira para ser analisada. Este artigo edifica-se em uma metodologia qualitativa de cunho interpretativo, cujos procedimentos constroem-se ao longo da análise de uma campanha publicitária contra a violência doméstica que se vincula aos princípios teóricos, objetivos e questões que norteiam a presente investigação. Tentamos, com essa proposta, fomentar um diálogo entre práticas discursivas cotidianas e a prática do ensino de Língua Portuguesa, pois consideramos crucial que os temas que afligem a humanidade entrem na escola, alcancem o livro didático e se tornem acessíveis aos sujeitos em seus diferentes níveis de

escolaridade.

Pelo fato de o discurso sobre violência doméstica, materializado em campanhas de conscientização, ser o objeto de análise desta pesquisa, orientamo-nos teoricamente à luz da Análise do Discurso de linha francesa, advinda dos estudos de Pêcheux (2007) e Foucault (2008), somados às contribuições de Charaudeau (2010), Maingueneau (2015) e de outros autores. Com isso, depreendemos como os discursos cotidianos, principalmente aqueles que afligem a humanidade, veiculados midiaticamente, podem constituir temas relevantes. São conteúdos que nos convocam, na condição de educadores que somos, a discuti-los em sala de aula.

Para cumprirmos tal objetivo, os gêneros discursivos constituem um liame para a reflexão e construção de uma postura crítica. Por meio do trabalho com leitura, interpretação e produção escrita em sala de aula, é possível conscientizarmos uma parcela da sociedade contra mazelas historicamente instauradas entre nós, como a violência doméstica, alvo do presente estudo. Pesquisar sobre o discurso propagandista de campanhas contra a violência doméstica, além de poder constituir material didático, também pode promover reflexão sobre práticas do cotidiano que ainda relegam o sujeito ao silenciamento do sofrimento. Entendemos que há premência em se discutirem as práticas sociais em sala de aula e que é pelo viés da formação escolar que conseguimos despertar o senso crítico do aluno, aclarando-o dos seus direitos, deveres e, com isso, desconstruir os silêncios que o oprimem.

2 A PRÁTICA DISCURSIVA: UMA PROBLEMATIZAÇÃO

O discurso é uma representação inerente à cultura, o que nos leva a indagar como as representações culturais se constituíram e perpassaram o tempo, estando algumas até hoje enraizadas em nossa sociedade, como é o caso da violência doméstica.

Foucault entende que:

[...] o discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedece à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. (FOUCAULT, 2008, p. 170 -171)

Os discursos mobilizados na atualidade estão intimamente ligados a discursos anteriores que instauram novas práticas ou reatualizam outras já esquecidas. O conceito de prática discursiva, consoante Foucault (2008), pode ser descrito como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). A prática discursiva, assim como o discurso, pode ser constantemente ressignificada, gerando desta forma novos discursos e novas práticas resultantes desses discursos. Contudo, mesmo com as inúmeras transformações pelas quais as práticas

discursivas passam, estas são mobilizadas por uma memória.

Nas palavras de Pêcheux (2007, p. 50), a memória deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. A memória, segundo o autor, “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2007, p. 56). É comum nos depararmos com enunciados que materializam acontecimentos na atualidade que traduzem, no caso específico deste trabalho, uma herança injusta sobre as mulheres.

Embora se apresentem na ordem histórica de um discurso que se tornou regular, por terem sido comumente aceitos, por fazerem parte de uma regularidade outrora conveniente ao lugar da mulher na sociedade, são enunciados que se legitimam na esteira de um tempo pretérito. “A memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (ACHARD, 2007, p. 17). O elo do passado com os dias atuais é indissociável, uma vez que a memória é elementar à existência de todo e qualquer discurso, independentemente de suas condições de aparecimento na atualidade.

Em várias casas, as cenas domésticas clássicas que povoam o cotidiano de muitos educandos são de violência doméstica contra suas mães, irmãos e até avós. São cenas que, independentemente da classe social, do credo e da raça, têm ocorrido hodiernamente. Tais cenas, como um processo capcioso de banalização de inúmeros tipos de violência contra a mulher, chegam também às letras de músicas e, negligentemente, são cantadas, como: *Dou tapinha na potranca, com o bumbum ela balança, Yuri chama de malandra, ela vai se apaixonar [...]* (dos Mcs Jhowzinho e Kadinho)¹. Dizer que bater na potranca e chamar de malandra, repetidas vezes, é o caminho para a mulher se apaixonar é regularizar sua sujeição à violência e subserviência. Segundo Foucault (2008, p. 111-112), o enunciado “desde sua raiz, se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual”. Os enunciados sobre violência doméstica resultam de uma história de subjugação da mulher, de uma memória que remete a humilhações, preconceitos e diferenças que se estabeleceram entre a mulher e o homem.

Se não há reflexão sobre esses enunciados, pois crianças, adolescentes e adultos dançam com desmazelo as letras de *funks*, sambas, forrós, entre outros gêneros, estas perpetuam livremente uma cultura de violência contra a mulher que, infelizmente, pode ser constitutiva de outras práticas de violência doméstica. Neste sentido, o enunciado, construto histórica e ideologicamente marcado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, “aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga” (FOUCAULT, 2008, p. 121). Pelo fato de os enunciados sobre violência doméstica poderem circular livremente, servirem ou serem rebeldes a determinados interesses, entram na ordem das contestações e das lutas, tornam-se tema de apropriação ou rivalidade (FOUCAULT, loc. cit.). Assim, a escola não pode se mostrar apática a esses discursos, o estudo do gênero propaganda de campanha contra a violência doméstica pode ser um liame para se produzirem discussões e esclarecimentos sobre este

1. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-jhowzinho/agora-vai-sentar/>. Acesso em: 24 set. 2020.

conteúdo temático e suas condições de aparecimento.

Há um arquivo com o qual tais práticas discursivas dialogam e que permite o aparecimento e o funcionamento desses enunciados sobre violência doméstica. Se “o arquivo, é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2008, p. 149), há uma dinamicidade que o atravessa, no sentido de que o arquivo constitui enunciados sobre a violência doméstica que se refazem, se ressignificam e são mobilizados por sua reatualização e uso.

Há condições que possibilitam o aparecimento desses enunciados e a escola deve dialogar com essas condições historicamente produzidas em práticas memoriais remissivas à mulher na sociedade. Destarte, problematizar o olhar sobre enunciados multissemióticos, visando ao posicionamento crítico do aluno sobre questões de violência, versadas em diferentes culturas, identidades e territorialidades, é uma premência.

A violência doméstica é um hábito tão antigo quanto a existência da própria instituição familiar, herança injusta de tempos remotos, que até hoje estampa capas de revistas e manchetes de jornais. A prática da violência se transformou, ao longo do tempo, devido a mudanças culturais e à criação de regras e leis de combate à violência doméstica. A Lei Maria da Penha, de nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal), estabeleceu critérios mais rígidos de punição dada aos agressores, visando a coibir a violência doméstica no Brasil.

As formas de combate à violência doméstica em nosso país não param por aí, pois, no Brasil, existe um canal de atendimento para a mulher, vítima de violência, por meio do número telefônico 180, central telefônica para atendimento às vítimas, criada pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). O serviço é gratuito e funciona 24 horas todos os dias, inclusive nos finais de semana (EBC, 2016)². Os canais de atendimento e as medidas tomadas para o controle da violência no Brasil são indispensáveis às tentativas de solução do problema.

Há alguns tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*, cujo decreto, de nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, “promulga a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994”³. Outro tratado internacional no qual o Brasil se inscreve é a *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, adotada pela Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979 e ratificada pelo Brasil em 01 de fevereiro de 1984⁴.

Acrescente-se a *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, instituída pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, órgão criado pela Presidência da República em 2011, com o objetivo de “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva

2. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é uma empresa pública federal, criada pela Lei no 11.652/2008 e alterada pela Lei no 13.417/2017, que dá efetividade ao princípio constitucional de complementaridade entre o sistema público, privado e estatal de comunicação.

3. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%201.973-1996?OpenDocument. Acesso em: 21 set. 2020.

4. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>. Acesso em: 21 set. 2020.

de gênero e de uma visão integral deste fenômeno” (BRASIL, 2011, p. 35).

Pensamos que, para superar esta prática, devemos mesmo investir na educação, uma vez que podemos coibir estes atos, proporcionando à criança e ao adolescente, em formação escolar, posturas que possam ir além dos livros e que também abranjam quesitos necessários a uma vida pacífica e ao cotidiano dos sujeitos em sociedade.

No discurso bíblico, encontramos passagens de violência contra a mulher que nos são conhecidas. Por meio dos textos bíblicos, somos apresentados à história de Maria Madalena (JOÃO, 8: 1-11), mulher condenada ao apedrejamento por adultério, pela qual Jesus intercede, pedindo “[...] que atire a primeira pedra aquele que não tem pecado”. Em um texto disponível no *site* do Centro de Estudos Bíblicos (CEB), encontram-se reflexões remissivas à devida temática, segundo as quais, diferentes teóricos reconhecem, sob diversos prismas, essa questão:

Desde Esdras e Neemias, a tendência oficial era de excluir a mulher de toda a atividade pública e de considerá-la inapta para qualquer função na sociedade, a não ser para a função de esposa e mãe. O que mais contribuiu para a sua marginalização foi a Lei da Pureza. A mulher era declarada impura por ser mãe, por ser esposa, por ser filha, por ser mulher.⁵

No *site* pesquisado, são apresentadas e respaldadas no texto bíblico as seguintes explicações sobre a devida citação: “Por ser mãe: dando à luz, ela se torna impura. Por ser filha: o filho que nasce traz 40 dias de impureza; mas a filha, 80 dias” (LEVÍTICO, 12). “Por ser esposa: a relação sexual a torna impura durante um dia” (LEVÍTICO, 15-18). “Quando menstruava, ficava impura sete dias. E quem a tocasse também se tornava impuro por contágio” (LEVÍTICO, 18-23). Em outras palavras, o discurso bíblico deixou esse legado à identidade da mulher. São atribuições que, certamente, lhe relegaram uma herança que regulamenta não apenas discursos, mas práticas sociais de humilhação que lhe pesam até hoje. Essa postura não se restringe apenas ao discurso bíblico. Há sociólogos, filósofos, antropólogos e outros estudiosos que reafirmam posicionamentos remissivos à exclusão e ao silenciamento social da mulher. Nas palavras de Pierre-Joseph Proudhon, filósofo político francês, “a inteligência da mulher é composta de ideias desconexas, raciocínios ilógicos, ilusões tomadas por realidade, analogias vazias transformadas em princípios e uma disposição de espírito fatalmente inclinada à destruição” (PROUDHON, 1858, p. 348 apud BLOCH, 1995, p. 37).

As posturas acima relatam parte da história das mulheres, marcada por passividade e silenciamento. Del Priore (2009, p. 24) elucida que “os comportamentos femininos não podiam estar dissociados de uma estrutura global, montada sobre uma rede de tabus, interditos e autoconstrangimentos”. A mulher era vista com inferioridade perante os homens e a sociedade colonial, uma vez que esta era amplamente patriarcal e via a mulher apenas como progenitora.

A influência da igreja na medicina e em outras áreas afins no período colonial é inegável, uma vez que a instituição gozava de extremo poder e a medicina ainda se via em evolução, estando presa a inúmeras convicções e induções imaginárias ainda não comprovadas. Assim, com base

5. Disponível em: <http://www.cebi.org.br/noticias.php?secaoId=21¬iciaId=3827>. Acesso em: 23 ago. 2020.

nestas intuições Del Priore (2009, p. 27) reitera que cabia à medicina dar caução à igreja, a fim de disciplinar as mulheres para o ato da procriação. Apenas como mãe, a mulher revelaria um corpo e uma alma saudáveis, sendo sua missão atender ao projeto fisiológico-moral dos médicos e à perspectiva sacramental da igreja.

A ação da igreja constituiu um enorme atraso na área médica, em especial no que diz respeito à anatomia feminina, uma vez que a reprodução era vista como uma questão estritamente religiosa. Após a descoberta de ‘ovos nos testículos femininos’ empreendida por De Graff, a visão teocêntrica com relação à reprodução não mudou, contudo, a partir daí, a mulher começou a ser vista como um agente importante no processo de reprodução (DEL PRIORI, loc. cit.). Estes enunciados antigos podem até ser vistos atualmente com certo desdém, todavia atentemos ao fato de que estes embasam condições de produção de muitos discursos discriminatórios na atualidade.

A figura masculina desde a criação da noção de família tem estabelecido forte poder sobre a figura da mulher, seja por meio dos discursos religiosos, fisiológicos ou sociais, visão que foi difundida pelo mundo a fora, e que se enfraqueceu apenas com a chegada da modernidade, na qual a mulher ainda lutava por seu lugar na sociedade, o que agora não era mais impossível devido ao enfraquecimento da igreja.

Alguns filósofos e médicos, como Schopenhauer e Lombroso apresentaram julgamentos pejorativos sobre as mulheres, conferindo-lhes um lugar de inferioridade na sociedade. Lombroso (1896, p. 428 apud SOIHET, 1989, p. 82-83) afirma que:

[...] a mulher tem numerosos traços comuns com a criança, que seu senso moral é deficiente, que ela é vingativa, ciumenta, levada a exercer vingança de uma crueldade refinada, mas nos casos ordinários estes defeitos são neutralizados pela piedade, a maternidade, o pouco ardor de suas paixões, sua frieza sexual, sua fraqueza e sua menor inteligência.

São palavras carregadas de estereótipos atribuídos à mulher, ao serem ditas por um filósofo, são também carregadas de autoridade e de uma visão distorcida e capciosa sobre sua identidade. São estereótipos que sintetizam fragilidade e convocam, de modo quase patológico, o senso de dominação e o controle a ser exercido sobre a mulher. Tal senso de dominação deu margem a inúmeros tipos de violência contra a mulher. Essas e outras considerações inscritas no pensamento filosófico tiveram papéis importantes na “construção” da imagem da mulher ao longo da história.

Com este breve relato de discursos memoriais sobre o lugar da mulher na sociedade, podemos depreender alguns porquês que tentam justificar a violência doméstica. Talvez não tenhamos apenas uma história silenciada, mas uma história mal contada, distorcida nos modos dominantes de uma sociedade patriarcalmente machista, cujos efeitos foram nefastos ao lugar social da mulher. Coincidentemente, as vozes autorais e autorizadas acima são todas de homens que povoaram o pensamento religioso e intelectual da sociedade.

Kehl (2008, p. 253) esclarece que “o caráter feminino e o ideal de feminilidade segundo o qual ele é modelado são produtos da sociedade masculina”, forma de controle que demonstra o

temor dos homens para com as mulheres, estas que possuem como sombras Eva, Judite e Dalila, figuras que demonstram alta representatividade social perante os homens.

A violência tem um papel na história das mulheres, o mais triste de todos. Para Saffioti (2004, p. 17), a violência é uma “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. A autora apresenta a definição de violência, como uma ação que irrompe em inúmeras instâncias enunciativas. A violência é uma prática que já circula por diversos ambientes, principalmente, o familiar. A violência doméstica está enraizada em diversas culturas ao redor do mundo e possui suas especificidades, “uma das mais relevantes é a sua rotinização, o que contribui, tremendamente, para a co-dependência e o estabelecimento da relação fixada” (SAFFIOTI, 2004, p. 85). É como se o fato de a violência ocorrer dentro de casa traduzisse um capcioso sentido de “faz parte” ou “deixa como está”.

A historiadora Michele Perrot (2005) demonstra as transformações ocorridas na sociedade que delinearão a organização social que conhecemos atualmente. A autora relata que “as sociedades bárbaras eram matriarcais e matrilineares; elas eram quietas, felizes, mas estagnantes. A irrupção da violência na História – a ‘grande derrota do sexo feminino’ é também o início, o processo”. Com a queda das sociedades matriarcais (Minóica), devido às dificuldades frente à subsistência, o patriarcado ascende e traz consigo um histórico de violência e práticas sociais que relegam à mulher uma posição de passividade e sujeição dentro da organização social (PERROT, 2005, p. 267).

Saffioti (2004, p. 55) apresenta o patriarcado como a conversão da diferença sexual em diferença política, esta que pode se manifestar ou em liberdade ou em sujeição. Já Mendes (2012, p. 102) elucida que o patriarcado é um sistema que justifica a dominação sobre a base de uma suposta inferioridade biológica das mulheres, que tem origem na família, cujo comando por milênios foi exercido pelo pai.

A prática da violência doméstica vem acompanhando as inúmeras transformações da sociedade desde tempos imemoriais, entretanto há pouco tempo a questão saiu da instância privada para se tornar um assunto de interesse público. Consoante Saffioti (2004, p. 87), “na maioria das vezes, quando a mulher procurava uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), na verdade, esperava que a delegada desse uma “prensa” em seu marido agressor, a fim de que a relação pudesse se estabelecer em novas bases (leiam-se harmoniosas)”. Para a autora, o comportamento das mulheres diante da agressão está ligado a diversos fatores, tais como: questões de ordem financeira; a pressão da família, dos amigos e da igreja; ameaças do agressor; e o medo de novas agressões resultando em sua morte.

Determinados fins que tentaram justificar o infeliz meio da violência doméstica são insustentáveis para se entender a atrocidade que é a prática social da violência doméstica. Assim, por meio do estudo dos discursos de campanha contra a violência doméstica, encontramos um liame para refletirmos sobre tal temática, enquanto problematização para se pensar o ensino de leitura e produção de textos em língua portuguesa.

3 QUANDO A CAMPANHA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SE ENUNCIA NO DISCURSO PROPAGANDISTA

As campanhas contra a violência doméstica podem ser confundidas com outros gêneros publicitários, pois se caracterizam pela hibridização de aspectos presentes em outros gêneros discursivos que também estão associados ao discurso propagandista. Bakhtin (2003, p. 279) conceitua os gêneros discursivos como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, o que assinala a intertextualidade presente nas múltiplas materialidades de uma campanha de conscientização contra a violência doméstica.

Advém dessa premissa a relevância de se explorarem em sala de aula esses enunciados que fazem parte do cotidiano social. Para discutirmos teoricamente campanhas de conscientização e como estas podem se materializar em diferentes gêneros, partimos de alguns conceitos constitutivos de gênero. Segundo Bakhtin (2003), a constituição do gênero discursivo se efetiva por meio dos seguintes elementos: conteúdo temático, estilo e estrutura composicional.

Mendes (2004, p. 123-124) elucida que o conteúdo temático “constitui, de um modo geral, as representações semânticas e/ou as redes conceituais dizíveis a partir de um determinado gênero inserido em um dado domínio discursivo”. O tema, certamente, conduz os outros elementos, pelo modo como é enunciado e problematizado. O autor também define estilo, em uma perspectiva bakhtiniana, como sendo a configuração formal dos recursos expressivos que se materializam sob a forma de um texto reconhecido como exemplar de um determinado gênero. O estilo está relacionado à forma (normalização estilística) utilizada pelo discurso, desta forma o estilo dependerá da finalidade do enunciador e do gênero trabalhado. Já a estrutura composicional é a parte responsável pela união harmoniosa dos aspectos temáticos aos aspectos estilísticos, a fim de tornar o texto/discurso coeso e coerente (MENDES, 2004, p. 124). Em outras palavras, esses elementos possibilitam a relativa estabilidade que configura os mais diversos gêneros do discurso, eles dão o tom sobre os desníveis e os relevos que embasam a construção heterogênea do gênero discursivo.

Pelo feitio com que a campanha analisada se materializa, por meio de uma propaganda que anuncia figuradamente um produto, é relevante que discutamos, sucintamente, a noção desse gênero que é habitualmente utilizado na construção e mobilização de diferentes tipos de campanhas.

Segundo Ogden (2002), a propaganda pode ser entendida como sendo o desenvolvimento e a execução de qualquer mensagem de lembrança, informativa ou persuasiva, comunicada a um mercado ou público-alvo através de um meio não-pessoal. As propagandas são um dos gêneros de destaque no campo publicitário, estas são responsáveis por uma grande mobilização de leitores ao redor do mundo, devido a sua capacidade de transitar com sucesso por diferentes instâncias enunciativas.

De acordo com Costa e Crescitelli (2003 p. 58), a propaganda é uma forma de comunicação impessoal, unilateral, paga e assumida pelo anunciante que assina suas mensagens, podendo atingir grande volume de pessoas no público visado, em grandes extensões geográficas, permitindo que

um produto possa, rapidamente, tornar-se conhecido e aceito. Costa (2008, p. 153) esclarece que a propaganda, cujas mensagens geralmente são curtas, breves, diretas e positivas, com predomínio da forma imperativa (interlocução direta, com uso da segunda pessoa, vocativo etc.), é um enunciado repetido à exaustão. Tal enunciado faz parte do discurso publicitário, este que se utiliza de diversos gêneros para alcançar seus objetivos. Estas definições têm aqui sua relevância pelo fato de analisarmos campanhas que mobilizam um discurso propagandista, mas elas estão em outra instância conceitual para o que propomos compreender.

Para Charaudeau (2010, p. 61), o discurso propagandista caracteriza-se em propriedades que designam o “eu” como uma “posição de *não autoridade* e deve, a partir daí, usar uma estratégia de *fazer crer*, que atribui ao “tu” uma posição de *dever crer*”. É um discurso que deve fazer o interlocutor acreditar e, se possível, ser conduzido por ele. “Este discurso se origina de um ato voluntário proveniente de uma instância de produção, um “eu”, que constitui uma fonte individual ou coletiva, que é determinada e pode ser *imputável* do ponto de vista de sua responsabilidade”. A campanha contra a violência doméstica torna-se fonte coletiva, pois se apropria de diferentes práticas que mobilizam sujeitos em sociedade, e, ao mesmo tempo, é responsável por sua produção enunciativa.

O discurso propagandista tem como alvo “uma *instância coletiva*, o que explica que ele se inscreva sempre num dispositivo de *difusão*; daí o qualificativo de “propagandista” no seu sentido etimológico de difusão e circulação do discurso no espaço público, junto ao maior de número possível de pessoas (*propagare*)”. É neste sentido que inscrevemos a campanha contra a violência doméstica no discurso propagandista que engendra grande difusão midiática. Por fim, o autor observa que “para conseguir o objetivo de fazer crer e colocar a instância de recepção em posição de dever crer, o discurso propagandista se organiza de acordo com um duplo esquema cognitivo, narrativo e argumentativo” (CHARAUDEAU, 2010, p. 61).

Na campanha contra a violência doméstica mira-se um interlocutor, um tipo de comportamento que é preciso despertar na mulher que sofre agressão, uma conscientização que precisa sair do silêncio. A violência é algo abominável que necessariamente deve ser exterminado da sociedade. O discurso propagandista agrega valor argumentativo à campanha, pois seus enunciados buscam seduzir o interlocutor a denunciar a violência que o aflige.

Os currículos escolares, em consonância com alguns livros didáticos, propõem, atualmente, que o trabalho com leitura e produção de texto, no ensino de língua portuguesa, seja pautado na perspectiva dos gêneros do discurso. Então, pensar como esses gêneros estão sendo trabalhados em sala de aula é indispensável.

O ambiente acadêmico está carregado de críticas sobre a falta de leitura dos alunos. Sabemos que o problema não é apenas a falta de leitura, mas a falta de envolvimento, de aprofundamento na leitura. Em algumas instituições, comumente, o estudo do gênero discursivo é limitado, estanque e circunscrito à análise de sua forma. Ou seja, o aluno reconhece a estrutura composicional, mas superficialmente se detém em seu conteúdo temático. Cumpre-se um programa conteudístico, mas não se constroem posicionamentos críticos sobre este.

Presentemente os alunos estão imersos no ambiente virtual, carregado de textos

multissemióticos, intertextos e hipertextos. Contudo, falta-lhes uma mobilização apurada desse conhecimento, a fim de se promoverem posturas críticas em sala de aula, que os ajudem a se tornarem sujeitos dignos e conhecedores de seus direitos e deveres. Adotar uma prática dialógica em sala possibilita a participação do aluno, esta, por sua vez, deve se traduzir em voz audível e constitutiva dos sentidos que definem esse aluno na sociedade. O que falta atualmente não é leitura, mas um trabalho que torne a leitura um ato efetivo de realização e construção crítica sobre os temas que se mobilizam em seus textos.

O trabalho com temáticas que afligem a sociedade, a humanidade e que expõem a vulnerabilidade social e a indefensabilidade dos sujeitos, como é o caso da violência doméstica, deve ser constantemente realizado em sala de aula. A escola, por meio de seus materiais didáticos deve ser o *locus* para a formação e clareza das ideias.

Urzêda-Freitas (2013, p. 46) alerta que “a escola também é responsável pela construção da cidadania, visto que, nesse espaço, professores/as e alunos/as constroem diariamente suas identidades”. O autor demonstra a validade de uma abordagem que desperte o senso crítico em sala de aula, não apenas para a construção da identidade do aluno, mas também para a formação de um pensamento ético sobre diversos temas que precisam ser refletidos e combatidos, a fim de se formarem sujeitos conscientes socialmente.

3.1 Entre campanhas militantes: um anúncio publicitário

Para a elaboração deste trabalho, coletamos 10 (dez) campanhas oficiais contra a violência doméstica que materializaram discursos propagandistas em países, como: Afeganistão, Portugal, França, Canadá, China, Índia, entre outros⁶. Devido às exigências e limitações composicionais deste artigo, deste número, escolhemos apenas uma campanha para ser analisada, que foi produzida no Brasil.

Embora veiculada em seu país de origem, a propaganda brasileira conseguiu *status* e circulação mundial devido à difusão das campanhas na internet. Esta foi escolhida com base em sua ligação com essa temática bastante explorada no Brasil nos dias atuais. Tal campanha tem sua singularidade materializada no estilo e na estrutura composicional com que aborda o devido conteúdo temático no discurso propagandista.

6. Como em alguns países do oriente a questão religiosa é fortemente marcada em algumas propagandas, às vezes, subvertendo ou amainando o peso da violência, optamos por textos veiculados em países ocidentais, cujos enunciados dialogam com a humanização do sujeito e com os direitos que lhe são garantidos por lei.



Figuras 1 e 2: A violência doméstica no Brasil. Fonte: Agência Lew Lara/TBWA. 2015⁷.

A campanha acima foi desenvolvida no Brasil pela agência Lew Lara/TBWA. em 2015, sob encomenda da Casa Sofia, uma ONG paulista direcionada ao trabalho com mulheres vítimas de violência doméstica. Esta ONG também foi responsável pela criação da proposta. O discurso propagandista chama a atenção do leitor ao colocá-lo como participante ativo da ação de conscientização expressa no gênero em questão.

Notamos que há uma encenação por meio da qual o gênero acontece. A modelo sendo fotografada em estúdio remete à difusão dos sentidos da violência. No panorama de discussões sobre os gêneros do discurso, Maingueneau (2015) propõe que se pense a noção de gênero por meio de uma cena de enunciação. Isso nos leva a pensar sobre o modo como o gênero se constrói, como ele é visto e que perspectivas gera no leitor.

Maingueneau (2015, p. 126) apresenta as estruturas que compõem a cena de enunciação, que são: cena genérica, cena englobante e cenografia. Para o autor, enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; “é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma cenografia. A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar” (MAINGUENEAU, idem, p. 123). Temos, com essas palavras, a possibilidade de que os gêneros discursivos integrem enunciados/discursos com características distintas daquelas já padronizadas pelas instâncias enunciativas, por meio de uma cenografia. Nesta acepção, podemos partir de um determinado gênero discursivo e, ao final, entendê-lo sob o crivo e constituição de outro gênero.

Rojo e Barbosa (2015, p. 42) elucidam que “não importam tanto as formas linguísticas ou a dos textos em si, para relacioná-las aos contextos, mas o desenvolvimento dos temas e da significação”. A compreensão desses aspectos é relevante para que se realize um trabalho efetivo com os gêneros. Ao analisarmos a Figura 1 da campanha, percebemos a intercalação do discurso comercial com o discurso ideológico, o que elucidam a heterogeneidade cenográfica que se inscreve por meio do discurso propagandista.

Cria-se uma ilusão de que há um demaquilante perfeito para a sua pele, o quê, à primeira

7. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/marketing/campanha-da-lewlaratbwa-incentiva-a-denuncia-de-casos-de-violencia-domestica/100113/>. Acesso em: 28 set. 2019.

vista, proporciona apenas uma abordagem comercial, devido ao enunciado *Descubra o poder do CS. Experimente remover a maquiagem dos olhos da modelo*. Contudo, ao removermos a maquiagem com o produto fictício, condição expressa na Figura 2, percebemos a proposta real da propaganda que descortina outro gênero: a campanha de conscientização contra a violência doméstica.

A imagem surpreende ao demonstrar as marcas da violência nos olhos da modelo, com o enunciado “Não esconda a violência, ligue 08007703053 e denuncie”. Tal proposta foi conscientizar a população sobre a violência doméstica e reforçar a importância da denúncia.

O enunciado propagandista do suposto *Demaquilante CS* apresenta como conteúdo temático a violência doméstica, a configuração com que a campanha se apresenta chama a atenção do leitor, porque o convoca a participar da asserção elaborada. No tocante ao estilo, a campanha mobiliza uma linguagem formal e de fácil compreensão, a imagem utiliza matizes claros e monocromáticos, a fim de despertar a atenção do leitor e fazer com que esta se volte para o rosto da modelo, mais especificamente para os olhos e a boca que são os pontos de intensidade de cor. Essas partes estão pintadas com tons de preto e vermelho que traduzem as marcas da violência, são signos e ressignificantes ideológicos da prática social da agressão contra a mulher.

A campanha que materializou essa propaganda foi produzida em papel *couché* fosco, com acabamento exclusivo, e foi anexada em 4.500 (quatro mil e quinhentas) edições da revista *Brasileiros* no ano de 2015. A estrutura composicional da campanha se baseia no conceito de expectativa versus realidade, esta que é típica das redes sociais e visa chocar o leitor promovendo a reflexão, o estranhamento ou o humor. Por meio desse discurso propagandista, percebemos que a ênfase é dada à reflexão, entretanto, o produtor se utilizou de uma construção imagética básica, e não lança mão de outros elementos para a composição da propaganda da campanha elaborada.

O discurso propagandista dessa campanha produz um efeito de persuasão sobre o interlocutor, mobilizando um dizer impositivo, um modo de enunciar que se sobrepõe pela reflexão que produz. A maquiagem da modelo revela “o produto a ser vendido” que nada mais é do que o rosto demaquilado da violência. O leitor encontra nesse enunciado seu possível rosto, rostos conhecidos ou desconhecidos, rostos que lhe são próximos. É um discurso que impõe sua ideia sobrepujante de se produzir uma reflexão, de fazer o leitor desvendar os implícitos traduzidos no e pelo demaquilante.

Assim, Charaudeau (2010, p. 68) observa que

[...] o discurso propagandista é, desse modo, um *tipo* de discurso definido de maneira ideal que se concretiza por diferentes gêneros que variam de acordo com: o tipo de *legitimidade* do qual goza o sujeito falante, a natureza do objeto de fala (ou objeto de busca) que constitui o “fazer crer” e o “dever crer”, e o lugar atribuído ao sujeito influenciado.

O discurso presente na campanha se faz propagandista, também, por inscrever ficticiamente em seu enunciado o discurso publicitário do consumo, ao apresentar em primeiro plano uma propaganda de produto de beleza, um demaquilante. Sendo que, aqui, o produto se enobrece por

estar imbuído do papel de desmascarar as marcas da violência sofrida pela mulher.

O leitor também pode se sentir tocado pela “força” da imagem, que retrata a violência que lhe é dada pelas marcas do rosto. Como a interpretação é subjetiva, cada leitor pode observar um novo aspecto na imagem, mas as características centrais sempre estarão ligadas à violência.

A campanha aqui estudada pode ter destaque no ensino de língua portuguesa, uma vez que está cada vez mais presente em discursos midiáticos e, até, em livros didáticos. Contudo, a abordagem dada à temática nos materiais escolares, em sua maioria, está relacionada aos aspectos comerciais dos discursos publicitários (propagandas e anúncios publicitários) e não ao aspecto da conscientização social, como vemos nas propagandas de campanha. Pelo *modus operandi* com que produzimos essa investigação, tal proposta teve a finalidade de discutir, junto à comunidade acadêmica, fragmentos de uma história de silenciamento das mulheres, que não chegaram ao conhecimento coletivo em profusão e estão atrelados à violência doméstica, enquanto prática crescente em nosso país. Tal prática, certamente, não está longe de nós, ela pode acontecer nas casas de nossos alunos, pode estar mascarada à nossa volta e no silêncio das vozes conhecidas e desconhecidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo problematizou uma prática que remonta à construção da instituição familiar, a violência doméstica, e intercalou um diálogo com o seu possível estudo em sala de aula na perspectiva dos gêneros do discurso. Nos dias atuais, e em grande proporção, este conteúdo temático ainda invade nossos lares, seja por meio de notícias midiáticas ou de histórias de pessoas conhecidas. Muitas mulheres permanecem vítimas e silenciadas, como se herdassem um legado de sofrimento e segregação social. É comum encontrarmos mulheres que são vítimas de violência que não se sentem amparadas ou seguras para denunciarem seus agressores.

Na contramão das denúncias, seguem pessoas, entidades civis e religiosas, que acreditam que essa é uma prática que deve ficar na intimidade de um casal. Por outro lado, as campanhas aparecem como um liame para se quebrar um silêncio. Estas também servem de objeto de estudos, como o que investigamos neste artigo. São as campanhas que, figuradamente ou não, estão metendo a colher em briga de marido e mulher. Afinal, as práticas agressivas que relegam à mulher uma posição de inferioridade e subserviência comprometem a dignidade não apenas da vítima, mas de sua família e traduz um problema humanitário.

Neste sentido, com as discussões e reflexões que realizamos sobre o devido tema, pudemos contribuir não apenas para uma conscientização da população, mas também para uma proposta de ensino que contemple o cotidiano de muitas crianças, jovens e adultos em idade escolar. Uma das finalidades desta análise foi oferecer ao leitor uma reflexão que, possivelmente, viesse a atender a uma demanda dos nossos alunos que objetivam explorar temas ainda silenciados em sala de aula. Por este motivo, delinhamos um conjunto de coordenadas para perscrutar o conteúdo da violência doméstica à luz dos estudos dos gêneros discursivos, enquanto elemento complexo presente no

contexto sociointeracional dos sujeitos.

Destacamos a relevância de se estabelecer um paralelo entre conteúdos questionáveis e o ensino de Língua Portuguesa. Procuramos fornecer apenas uma visão sobre o trabalho com os gêneros, atrelando certa complexidade ao estudo de campanhas de conscientização contra a violência doméstica que se realizam sob o crivo de discursos propagandistas. Nesses discursos, necessariamente não se vende um produto, mas uma ideia. A “venda” à que a propaganda está associada não se restringe somente ao aspecto comercial, mas a uma postura, a uma consciência, a um comportamento. É ideologicamente marcada, no sentido de convencer pessoas sobre determinado assunto, como vemos nas propagandas de campanhas eleitorais, campanhas de vacinação ou campanhas de conscientização.

Talvez, essa visão falte a muitos alunos que apresentam dificuldades em expandir e abstrair sua compreensão sobre certos gêneros discursivos, consequência de um ensino fragmentado, baseado em fórmulas e formas para a obtenção de notas e aprovações. Essas posturas não contribuem para a construção de posicionamentos críticos e reflexivos sobre temas ainda pouco explorados na sociedade, como a violência doméstica, prática que acomete o cotidiano de muitas mulheres no Brasil e no mundo.

Portanto, questionar a existência de tal prática e de muitos outros males que afligem os sujeitos em sociedade, problematizando-os em sala de aula, faz-nos acreditar, ainda que hipoteticamente, que podemos construir posturas comportamentais mais dignas, mais críticas e mais éticas entre os sujeitos escolares e seus pares.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.
- AMÂNCIO, Thiago. *Brasil registra 606 casos de violência doméstica e 164 estupros por dia*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/brasil-registra-606-casos-de-violencia-domestica-e-164-estupros-por-dia.shtml>. Acesso em: 28. out. 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BÍBLIA. João. Português. In: *A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. 1376 p.
- BÍBLIA. Levítico. Português. In: *A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. 1376 p.
- BLOCH, Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Ideal Gráfica e Editora, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/>

publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional. Acesso em: 21 set. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMPREIA, Luiz Felipe. *DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996*. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%201.973-1996?OpenDocument. Acesso em: 21 set. 2019.

CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS (CEB). Disponível em: <http://www.cebi.org.br/noticias.php?secaoId=21¬iciaId=3827>. Acesso em: 25 out. 2019.

COSTA, Antônio R.; CRESCITELLI, Edson. *Marketing promocional para mercados competitivos*. São Paulo: Atlas, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato. *Análises do discurso hoje*. V. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 57-78. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-propagandista-uma.html>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FADEL, Manir; LUCHI, Felipe; MENESES, Cainã; ARAÚJO, Felipe. et al. *CS Demaquilante para olhos. Lew'Lara\TBWA*. Revista os Brasileiros. 2015. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/marketing/campanha-da-lewlaratbwa-incentiva-a-denuncia-de-casos-de-violencia-domestica/100113/>. Acesso em: 28 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LOMBROSO, Cesare; FERRERRO, Guglielmo. La femme criminelle et a prostitute. In: SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e a ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênero de discurso e cena de enunciação. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MATOSO, Filipe. *Governo sanciona lei que prevê pena maior para assassinato de mulheres*. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/governo-sanciona-lei-que-preve-pena-maior-para-assassinato-de-mulheres.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MELITO, Leandro. *Luíza Brunet não é a única: saiba como denunciar violência contra a mulher*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/07/luiza-brunet-nao-e-a-unica-saiba-como-denunciar-casos-de-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Os gêneros discursivos em debate: análise de uma crônica de L. F. Veríssimo. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)Pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista*. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/118>

67/1/2012_SoraiadaRosaMendes.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

OGDEN, James R. *Comunicação integrada de marketing: modelo prático para um plano criativo e inovador*. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PIERENS, Ivan; WACKER, Arnaud; COTTREL, Renan; LE PAPE, Yann. *The living-room*. WCIE. 2010. Disponível em: https://www.adsoftheworld.com/media/print/fnsf_the_livingroom. Acesso em: 10 mar. 2020.

ROJO, Roxane Helena R; BARBOSA, Jacqueline. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SAFFIOTTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Antonio Ozaí da. *Filósofos e pensadores contra as mulheres*. Disponível em: <https://antoniozai.wordpress.com/2011/07/02/filosofos-e-pensadores-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

URZÊDA-FREITAS, Marco Túlio de. *Ensino de línguas como transgressão: corpo, discursos de identidades e mudança social*. Jundiaí, SP: Paco, 2013.

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima

Graduada em Letras/Português (UEPB), Especialista em Linguística (UERN), Mestre em Letras e Linguística (UFG), Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP), Pós-Doutorado em Linguística (UNICAMP). Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG).
E-mail: ffpalima@uol.com.br

Jaqueline Alves da Silva

Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Especialista em Docência na Educação Básica e Profissional pelo Instituto Federal Goiano (IFG), Professora da Educação Básica da Rede Particular de Ensino.

Recebido em 10/03/2022.

Aceito em 15/05/2022.